



# 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

GT Direitos Humanos, Diversidade Humana e Serviço Social

## ESTADO E POLÍTICA SOCIAL: ELEMENTOS PARA REFLEXÃO SOBRE CENTRO LGBT DE NATAL-RN

Leovictor Alves Porto Mendonça<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo analisa o Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal-RN com base nas categorias Estado e Política Social, à luz do materialismo histórico-dialético. A partir de pesquisa bibliográfica orientada pela perspectiva crítica marxista, discute a questão social e suas expressões na diversidade, o papel contraditório do Estado e das políticas sociais, e as especificidades do Centro enquanto política pública. Conclui que o equipamento resulta das lutas históricas, mas expressa também as contradições do capitalismo, entre o enfrentamento das violações à diversidade e a reprodução das desigualdades. Aponta seu potencial estratégico na defesa de direitos, ainda que limitado pela lógica conservadora e pela precarização das políticas sociais. A pesquisa contribui para a análise crítica da política social voltada à diversidade e para o fortalecimento das lutas emancipatórias.

**Palavras-chave:** Estado; política social; diversidade humana; LGBT; Centro LGBT.

### 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é compreender o Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal-RN (Centro LGBT) como expressão das contradições entre Estado e Política Social na sociabilidade capitalista. Parte-se das determinações do modo de produção capitalista, da concepção de questão social em sua totalidade e das formas como essa se manifesta na negação da diversidade humana. O Centro é analisado enquanto resultado das lutas históricas dos sujeitos coletivos e, ao mesmo tempo, como instrumento da reprodução da ordem capitalista em crise (NETTO, 1996).

Sua análise se justifica pela relevância no enfrentamento às violações da diversidade humana em Natal-RN. Fruto das reivindicações dos movimentos sociais locais, o equipamento traduz demandas coletivas oriundas da lógica excludente do capital, que atinge de forma geral a classe trabalhadora, mas incide com particular violência sobre a população LGBTI+. Essas especificidades se articulam à conjuntura nacional e municipal, atravessada por crises políticas, econômicas e sociais, aprofundadas na discussão a seguir.

O fio condutor deste estudo é a análise do Centro LGBT de Natal-RN enquanto política social, expressão da intervenção do Estado diante das manifestações da questão social no capitalismo contemporâneo. Trata-se de um objeto complexo, cuja compreensão exige ultrapassar a aparência dos fenômenos por meio da articulação entre questão social, Estado e

---

<sup>1</sup>Bacharel em Serviço Social. Discente de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: leovictoralvesporto@gmail.com



# 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

política social, tendo como base teórico-metodológica a tradição marxista, especialmente a dialética do singular-universal-particular.

A análise se apoia no método materialista histórico-dialético, que oferece categorias como totalidade, contradição e mediação para apreender o objeto em sua inserção histórica e estrutural. Esse é o único método capaz de decifrar a essência dos fenômenos sociais na sociabilidade capitalista (BOSCHETTI, 2018, p. 75), justamente por compreendê-los em sua processualidade, circunstancialidade e totalidade (BONA JUNIOR, 2011, p. 23).

Parte-se da compreensão de que a violação da diversidade sexual e de gênero é expressão da questão social, uma vez que a vivência da sexualidade, enquanto dimensão intrínseca à individualidade, se concretiza nas relações sociais. No capitalismo, essa vivência é sistematicamente negada pelo conservadorismo, que se manifesta de forma violenta — e muitas vezes letal — por meio do heterossexismo. Tal violência revela o caráter estrutural do sistema cis-hetero-patriarcal-racista-capitalista, alicerçado na lógica da exploração e da opressão.

Nesse contexto, reafirma-se a relação entre questão social e direitos, que, embora instrumentalizados pela ordem capitalista, também resultam de lutas históricas protagonizadas por sujeitos politicamente organizados. Esses direitos, contudo, permanecem limitados pelos próprios marcos do capital. Assim, a diversidade assume um papel contraditório: ao mesmo tempo em que potencializa formas de resistência, é também restringida pela lógica que rege o sistema (SANTOS, 2017).

Este artigo está estruturado em três seções: a primeira aborda a questão social e suas repercussões na diversidade humana; a segunda analisa o papel do Estado no capitalismo contemporâneo e as contradições inerentes à política social, com ênfase nas particularidades do Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal-RN; e a terceira apresenta as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 QUESTÃO SOCIAL E DIVERSIDADE HUMANA

As políticas sociais e os padrões de proteção social são respostas às múltiplas expressões da questão social no capitalismo (BEHRING; SANTOS, 2009, p. 4). Compreender a política social enquanto intervenção do Estado exige, portanto, uma apreensão crítica da própria questão social, que se revela como elemento constitutivo e contraditório do modo de produção capitalista.

Parte-se da concepção de que a questão social é intrínseca ao Capital, e que assume formas complexas e multifacetadas ao longo de seu desenvolvimento. Fundamentada em autores como Netto (1996), Behring e Santos (2009) e Wellen (2021), esta análise entende a questão social como expressão das contradições entre capital e trabalho. Segundo Behring e Santos (2009, p. 4), ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor, mas simultaneamente reduzi-lo em função do avanço da composição orgânica do capital, caracterizada pelo predomínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, o capitalismo promove o aumento, em larga escala, do exército industrial de reserva e/ou da superpopulação relativa.

A centralidade da categoria trabalho, no decurso histórico e de desenvolvimento das forças produtivas, enquanto recurso sui generis na produção de valor e, portanto, para



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

acumulação capitalista (WELLEN, 2021), delimita a chave de análise para determinação da questão social: a Lei Geral de Acumulação que, por sua vez, estabelece uma síntese de elementos essenciais e passíveis de investigação no que se refere à esse exame.

Netto (1996) destaca a transformação estrutural e qualitativa de organização do sistema capitalista de fase concorrencial para monopolista enquanto determinante para repercussões na sociabilidade. “O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (NETTO, 1996, p. 15).

Junto a isso, as contribuições de Lênin (1987), ainda que durante a Primeira Guerra Mundial e às vésperas da Revolução Russa, analisaram com lucidez e orientação político-crítica a fase monopolista do capitalismo. Apesar de escrita em 1916, sua obra apresenta uma leitura teórica consistente da expansão imperialista como nova etapa do capitalismo, contrapondo-se às teses reformistas da época. Lênin identifica como características centrais do imperialismo: a concentração da produção e do capital gerando monopólios, a fusão entre capital bancário e industrial formando uma oligarquia financeira, a centralidade da exportação de capitais, a formação de uniões monopolistas internacionais e a partilha do mundo entre as grandes potências (LÊNIN, 1987, p. 88).

Para alcançar o reconhecimento das repercussões do capitalismo monopolista no âmbito da reprodução social, antecede a análise da sua constituição material, ou seja, o redimensionamento na dinâmica do Capital que “obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 1996, p. 16).

A crise é inerente ao próprio Capital, cuja reprodução o limita. O fim da concorrência e a consolidação dos monopólios permitem a apropriação de superlucros, inicialmente usados para autofinanciamento e depois para exportação de capitais. Isso se soma ao avanço tecnológico em detrimento da força de trabalho, resultando na redução de empregos e no crescimento do exército industrial de reserva - trabalhadores desempregados, mas disponíveis ao capital (WELLEN, 2021, p.42).

Interessa-nos agora aprofundar como essas tendências estruturais do capitalismo contemporâneo contribuem para a formação da superpopulação relativa. Partimos, aqui, do indivíduo concreto, histórico e social, em suas condições materiais de existência (SANTOS, 2023, p.187).

Atualmente, observa-se uma reconfiguração das relações de trabalho marcada pelo desemprego estrutural, precarização e flexibilização, afetando a socialização baseada no consumo. Isso contradiz a ideia de inclusão via mercado, mas sustenta a lógica do capital. Como afirma Wellen (2021, p.43), essa população está afastada do consumo por falta de recursos, embora continue funcional ao capital ao reduzir custos e permitir flexibilidade produtiva.

A análise do trabalho exige atenção às suas determinações históricas e sociais. Sendo central à produção e reprodução da vida social, o trabalho impacta diretamente a política, a luta de classes e a constituição da subjetividade humana. Assim, mesmo baseado na produção e consumo de mercadorias, trata-se de uma atividade essencialmente humana, carregada de sentidos, costumes e vida (BEHRING; SANTOS, 2009, p. 43).

É no entendimento da realidade social, a partir da perspectiva de totalidade social, que se impõe análise proposta aqui, que nega a compreensão do indivíduo abstrato inserido



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

nas

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

relações sociais de trabalho mas ausente de determinações fonte da individualidade humana. Se o objetivo deste exame é, ao fim, entender a funcionalidade da política social expressa pelo Centro LGBT, nos cabe o seguinte questionamento: Em que medida o capitalismo repercute na individualidade humana e na particularidade da diversidade sexual e de gênero?

Não é possível esgotar esse debate aqui, mas seguiremos por indicar elementos, fruto da produção marxista, que contemplam essa análise. Retomemos alguns pressupostos ontológicos de compreensão do ser social de forma a mediar os componentes da individualidade humana: a centralidade do trabalho e os processos em si entrelaçados dialeticamente e historicamente; a objetivação, a exteriorização, a individuação e a alienação.

A centralidade da categoria trabalho é o que confere a materialidade, enquanto “determinações econômicas, políticas e culturais, por onde se estruturam as formas ideológicas e o conteúdo “espiritual” de um tempo histórico” (BEHRING; SANTOS, 2009, p. 12, grifos das autoras) ao entendimento de diversidade humana, que se apropriada de forma ensimesmada, mercadológica e ausente das suas múltiplas determinações, toma característica de coisa e tem seu sentido invertido, ou seja, deixa de ser dimensão constituinte do ser social e passa a ser fonte de estranheza, de limitação e de mercantilização (VINAGRE, 2011, p. 54).

A diversidade é a dimensão que condiciona a genericidade humana. Isso significa dizer que a diversidade humana é o conjunto de particularidades que compõem o ser social nas relações sociais e no decurso histórico. “Trata-se da concepção de que todos os indivíduos são sociais, históricos e diversos” (SANTOS, 2019, p.77) e da compreensão da diversidade sexual e de gênero enquanto dimensão constituinte da diversidade humana, que é expressão da individualidade e, por sua vez, só pode ser compreendida historicamente (CISNE; SANTOS, 2018), uma vez que “o Ser só pode ser compreendido à luz da totalidade” (BONA JUNIOR, 2011, p. 23).

O trabalho, “aqui entendido como relação dialética e síntese entre teleologia (capacidade humana de projetar previamente a finalidade de uma ação - prévia-ideação) e causalidade (realidade natural) que se objetiva em um resultado/objeto (causalidade posta)” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 27), é o cerne da transformação da realidade social e do próprio indivíduo.



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

A

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

complexificação da subjetividade humana, fonte de diversidade, é materialmente construída e socialmente determinada. Significa dizer que por um conjunto de mediações, ao longo da história e da socialização, o indivíduo passa a integrar a realidade de maneira nova. Ao passo que as determinações biológicas não o determinam, o indivíduo exerce escolhas entre possibilidades objetivas e constrói uma outra realidade possível. Afastamento das barreiras naturais exprime a complexidade inerente ao ser social, ou seja, “humanizando-se ou civilizando-se, o homem se constitui social e diminui os limites impostos pela animalidade” (BONA JUNIOR, 2011. p.26).

O processo de constituição da individualidade não pode ser lido de forma mecânica; condiz, portanto, a capacidade reflexiva teleologicamente determinada, enquanto condição humano-genérica de ser, externalizada e objetivada no trabalho. O indivíduo, nesse sentido, “faz escolhas entre alternativas postas e criadas objetivamente; reelabora instrumentos; desenvolve a criatividade; atende a determinadas necessidades; e se abre continuamente para novas necessidades e respostas” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 30). A individuação se estabelece na relação entre o indivíduo e as suas relações sociais, “mediante a existência de um conjunto heterogêneo de atos que o impulsiona no processo reprodutivo mediante o decurso histórico-social” (CISNE; SANTOS, 2018, p.39). A compreensão da individualidade na sua complexidade, perpassa entendimento da engrenagem ontológica que a constitui: a objetivação, a exteriorização e a alienação, categoria central para síntese aqui proposta.

O trabalho é a síntese do processo de objetivação e exteriorização. A objetivação materializa o trabalho; é o resultado entre a sua projeção e execução. A exteriorização, por sua vez, é a fonte da individuação, é, portanto, a repercussão do fruto do trabalho no indivíduo que o efetivou. É, ontologicamente, o ponto de acúmulo e desenvolvimento do ser, é a mediação que possibilita a complexificação da personalidade; “por meio da exteriorização tem origem a individuação, momento em que os indivíduos (...) refinam as capacidades humanas e, desse modo, individualizam-se e fazem florescer a personalidade” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 34).

Situar o trabalho como categoria ontológica que fundamenta o ser social e as mediações necessárias para sua efetivação parte do caminho necessário para questão norteadora suscitada anteriormente. A particularidade das repercussões do capitalismo sobre a diversidade sexual e de gênero, entendidas enquanto dimensões constituintes da diversidade humana, está situada na contradição. A alienação constitui um entrave estrutural na efetivação da diversidade.



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

Se o  
social  
pode

ser  
só  
ser

compreendido historicamente e nas suas relações sociais e, mais, se a efetivação do trabalho implica e resulta do próprio desenvolvimento das capacidades produtivas humanas, o elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas é, portanto, associado ao desenvolvimento da complexidade do ser social. Aqui se impõe a contradição: o capitalismo que detém a categoria trabalho na sua mais elevada condição de complexidade em efetivação e, por conseguinte, atribui solo fértil para potencialização da diversidade humana, a nega, ou melhor, a delimita às suas próprias condições de reprodução.

A característica antidiversa do Capital se estabelece no funcionamento da sua dinâmica de reprodução social. A subjetividade é refuncionalizada e perde, em partes, a sua cariz humano-genérica. Nesse ponto, outra dimensão contraditória da realidade se estabelece, a de que “não pode haver relação social sem confrontação” (DEVREUX, 2011, p.564). A apropriação capitalista da diversidade humana parte de variadas formas de alienação “mas também abrem passagem para as contradições” (SANTOS, 2017, p. 19). A luta histórica dos sujeitos coletivos e os avanços, limitados mas importantes, resultam da substantiva politização da diversidade inerente à existência humana.

Situar a diversidade na discussão de questão social parte do entendimento de que “esses processos (os desencadeados pelas contradições Capital-trabalho) não são apenas econômicos” (SANTOS; BERING, 2009 p. 9, grifo nosso), tem solo na produção da riqueza social, mas se efetivam nas relações sociais, que se moldam frente a essa realidade, e, portanto, constituem particulares afetações nos sujeitos que compõem a classe trabalhadora.

### 2.2 ESTADO E POLÍTICA SOCIAL: CENTRO LGBT DE NATAL ENTRE CONTRADIÇÕES E POTENCIALIDADES

Este tópico estabelece a continuidade da discussão suscitada a partir da análise da questão social. Visa, nesse sentido, apresentar o Estado enquanto mecanismo contraditório de incidência política e de controle estratégico da classe burguesa, que opera na funcionalidade do capitalismo e na resposta às expressões da questão social a partir da política social com destaque para conformação do Centro LGBT de Natal nas suas particularidades e importância histórica. Ou seja, parte do reconhecimento do “Estado Social como fenômeno capitalista contraditório, que pode, em determinadas circunstâncias, atender as reivindicações da classe trabalhadora, mas é, essencialmente, um elemento constitutivo da sociedade capitalista” (BOSCHETTI, 2018, p.76).



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Lênin

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

(1987) sobre o Capital monopolista, já sinaliza a conformação do Estado enquanto elemento partícipe na mediação de reprodução do capitalismo nos moldes possíveis naquele decurso histórico; a concentração da propriedade aproxima-se do Estado, soma-se aos empréstimos, e redimensiona o seu papel, que a partir do contorno legislativo, viabiliza a apropriação exponencial de capital, “consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas” (LÊNIN, 1987. p. 196).

Na contribuição efetivada por Netto (1996, p. 20), o Estado está incluído nos “mecanismos de intervenção extra-econômicos”. O autor sinaliza que o intervencionismo é uma característica inerente ao Estado, que, no entanto, modifica a sua funcionalidade para reprodução do capitalismo monopolista. O dispositivo que se estabelecia enquanto “guardião das condições externas da produção capitalista” (NETTO, 1996, p. 21) assume uma nova função, torna-se, portanto, o “‘comitê executivo’ da burguesia monopolista - opera para propiciar um conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista” (MARX; ENGELS, 1998, p. 12 apud NETTO, 1996, p. 21, grifos do autor).

A função reguladora do Estado se expressa de forma multifacetada, com destaque para sua dimensão política diante das demandas da classe trabalhadora. Segundo Netto (1997), sua atuação como mediador e legitimador é paradoxal: embora aparente neutralidade, alinha-se frequentemente, ainda que de forma limitada ou difusa, aos interesses do capital. Historicamente, o Estado foi essencial tanto para a reprodução da força de trabalho quanto para a expansão do capital. Ao mesmo tempo, como aponta Boschetti (2018, p. 79), a luta da classe trabalhadora impulsionou a ampliação de direitos trabalhistas e sociais, garantindo acesso a bens e serviços até então inexistentes, como aposentadorias, seguro-saúde, seguro-desemprego, educação, moradia e transporte.

Deve se reiterar que, no entanto, as mínimas garantias de reprodução da vida possibilitadas pelo Estado, a partir da organização política decorrente da luta de classes, não significam a sua ruptura e nem mesmo uma ofensiva ao Capital. “Equivale a indicar que um componente, mesmo amplo, de legitimação é plenamente suportável pelo Estado burguês (...);

e não só é suportável, como necessário (...) para que ele possa continuar desempenhando a sua funcionalidade econômica” (NETTO, 1997, p. 24).

A síntese desse processo nos permite identificar a atuação do Estado, a partir da sua dimensão contraditória, enquanto passível de disputa estratégica. Essa afirmativa é mediada pela própria história. A efetivação dessa perspectiva “estratégica (...) não se realiza aprioristicamente, por fora da dinâmica da luta de classes, mas no seu front, observando, o tempo todo, os limites da universalidade ilusória posta pelo capital” (SANTOS, 2023, p. 187). Netto (1997, p. 25) aponta que as expressões da questão social são terreno fértil para intervenção do Estado. Pela tensão das reivindicações populares e da própria perspectiva de controle, de legitimação e, em alguma medida, de concessão democrática, o trato das demandas inerentes às contradições produzidas pelo Capital em crise tornam-se objeto de intermediação estatal.



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

Assim, a “análise da política social implica (...) metodologicamente, a consideração do movimento do capital e, ao mesmo tempo, dos movimentos sociais concretos que o obrigam a cuidar (...) da sua reprodução imediata e a longo prazo” (FALEIROS, 2000, p. 59). As políticas sociais constituem, portanto, um paradoxo multideterminado<sup>2</sup> entre a funcionalidade reprodutiva do Capital e a potencialidade fonte da organização coletiva; não é o nosso objetivo aqui adensar nesses componentes, daremos relevo a sua dimensão de “reprodução dinâmica das desigualdades” (FALEIROS, 2000, p.77). Ou seja, na utilização da política social como forma de conservação da sociabilidade desigual.

A composição das políticas sociais reproduzem não apenas a força de trabalho como o “lugar ocupado pela classe trabalhadora no sistema produtivo” (FALEIROS, 2000, p.77). Essa concepção parte do entendimento da política social enquanto instrumento de coerção de classe, que sofre tensionamentos, mas que desempenha uma funcionalidade. O acesso à política social significa, em seu fim último, a reprodução da desigualdade; o “capital social” serve, portanto, para legitimação política e para viabilização da acumulação a partir da circulação pela população relativa (FALEIROS, 2000, p. 78).

Dito isso, partimos do pressuposto que a legitimação política é imprescindível à manutenção do Estado (NETTO, 1997) e que a ideologia cumpre um papel significativo de reprodução do Capital (CANTALICE, 2013). Retomemos a categoria de alienação suscitada acima, agora, materializada na ideologia, “Esse processo (...) naturaliza o que é histórico e social, justificando as coisas como estão, portanto, agindo como instrumento de manutenção da ordem, em que uma classe exerce a dominação sobre a outra” (Cantalice, 2013, p. 44).

A ideologia, na sociabilidade capitalista, tem caráter conservador e repercute com particularidades na população LGBTI+ e nas políticas sociais a esse grupo relacionadas. O conservadorismo de novo tipo<sup>3</sup>, essencialmente avesso às transformações sociais, somado à

---

2 Para o aprofundamento na discussão das políticas sociais e no conjunto de determinações que sobre ela incidem e dela resultam indico as contribuições de Faleiros (2000).

3 O conservadorismo enquanto corrente ideopolítica foi reproduzido com particularidades em diferentes contextos históricos. Isso significa que não há um tipo de conservadorismo, há um conjunto diverso de perspectivas com direção social conservadora que, ao longo da história, ganham relevo e espectros diferentes.



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

perspectiva neoliberal<sup>4</sup> e de cultura heteropatriarcal<sup>5</sup> constitui um aporte de manutenção do capitalismo. Trata-se da consolidação de uma racionalidade que legitima e impulsiona a acumulação capitalista, articulada a elementos retrógrados e antipopulares na esfera da reprodução social. Esse novo conservadorismo expressa um projeto econômico, político e cultural voltado à centralização do capital e à disputa hegemônica sobre a organização social.

Como destacam Rodrigues e Mota (2020, apud Oliveira, 2023, p. 14), o neoconservadorismo “sintoniza seu discurso ao das políticas neoliberais” ao (i) concentrar justificativas para as consequências socioeconômicas geradas pela própria crise do capital, (ii) forjar o apelo à valorização da família tradicional e dos “bons costumes” como forma de barrar os avanços em direitos humanos — como o direito ao aborto legal e seguro —, e (iii) atuar como “arma obscurantista numa guerra cultural” que busca legitimar a remoção de todos os entraves à expansão do capital.

A agenda neoliberal corresponde às imposições de reprodução do capitalismo e se caracteriza por flexibilizar as relações de trabalho, mediar as condições de produção, fomentar a financeirização a partir do desmonte de regulações comerciais e de circuitos financeiros, privatizar patrimônios do Estado: conjunto de ações no sentido de viabilizar a acumulação exponencial privada de riqueza pública (NETTO, 2012). Ou seja, as políticas sociais são instrumentalizadas em função da ampliação da financeirização, que integram os(as) usuários(as) dos serviços públicos aos serviços privados bancários sob a justificativa de acesso ao crédito à qualidade de vida e ao exercício da cidadania (BRETTAS, 2020).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo resulta de uma pesquisa de natureza teórica, sustentada no método materialista histórico-dialético, com o objetivo de compreender a conformação contraditória do Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal-RN. A investigação fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, a partir da análise de produções acadêmicas e documentos oficiais, tendo como eixo de reflexão as categorias Estado, Política Social e diversidade humana.

A análise teórica parte do entendimento da violação da diversidade sexual e de gênero como expressão da questão social no capitalismo. A abordagem considera a totalidade social, compreendendo os fenômenos em sua historicidade, mediações e contradições. O percurso metodológico contempla a revisão crítica da literatura marxista, com destaque para autores como Netto (1996), Behring e Santos (2009) e Wellen (2021), entre outros, bem como documentos oficiais como o decreto municipal de criação do Centro LGBT de Natal.

A delimitação do objeto – o Centro LGBT – se dá enquanto expressão concreta da política social e da intervenção estatal no enfrentamento das manifestações da questão social.

---

4 “A ofensiva neoliberal é capaz de defender e produzir uma espécie de disciplina orçamentária que contém os gastos públicos e restaura a taxa de desemprego que, assim como a pobreza e a miserabilidade, é considerada como “natural” e necessária ao desenvolvimento do capital” (OLIVEIRA, 2023, p. 15).

5 “O heteropatriarcado é um sistema sociopolítico-cultural que estrutura e organiza relações sociais tendo como suposto a naturalização e imposição da heterossexualidade e do reconhecimento social da superioridade e supremacia do gênero masculino sobre os demais gêneros, em uma explícita busca de dominação de tudo o que se refere ao feminino e às demais orientações sexuais diferentes da heterossexualidade” (SILVA e SANTOS, 2019, p. 236).

A



Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

análise é, portanto, voltada à compreensão de sua funcionalidade social, limites e potencialidades no contexto do capitalismo contemporâneo e das disputas políticas em torno da diversidade humana.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Centralizamos a análise do Centro LGBT de Natal com objetivo de pormenorizar as características fonte das contradições no capitalismo presentes no Estado e nas políticas sociais. Nos cabe dar relevo ao cenário de alinhamento neoliberal à perspectiva neoconservadora, que tem início durante o governo petista de Dilma Rousseff (2011 - 2016). Esse momento histórico sintoniza elementos fundamentais para processos hoje desenvolvidos; a conformação do antipetismo, expressa na eleição de Jair Messias Bolsonaro (PL, 2019 - 2023), a crise na política de coalizão e a contraditória apreensão das demandas dos movimentos sociais para efetivação de políticas sociais fragmentárias, identitárias e insuficientes (IRINEU, 2021), o que desvela o movimento de legitimação política.

O caráter paternalista, presente nos Governos petistas, em alguma medida, se expressa, também, na gestão Álvaro Dias (PSDB, 2018-2023) em Natal - RN. Somado a outras particularidades, o “bolsonarismo natalense” expresso na gestão Álvaro Dias resulta “(n)uma perspectiva autocrática e oligárquica de manutenção do ethos regionalista, (onde) o modelo coronelista de gestão é caracterizado pelo mandonismo, filhotismo, falseamento do voto, desorganização dos serviços públicos locais” (Oliveira, 2023, p. 26, grifos nossos). É durante a gestão Álvaro Dias, no período de reeleição<sup>6</sup>, em meio ao Governo Bolsonaro, paralelo à crise pandêmica social e sanitária do COVID-19, que o Centro LGBT é inaugurado.

O Centro LGBT de Natal, enquanto política social, em sua conformação contraditória, corresponde às funcionalidades reprodutivas do Capital, mas é, substancialmente, importante para população LGBTI+. Não é possível e nem o objetivo aqui caracterizar o Centro LGBT de Natal<sup>7</sup> em todas as suas dimensões, mas evidenciá-lo, nas suas limitações e potencialidades, enquanto equipamento de referência nas respostas às demandas da diversidade sexual e de gênero.

A atuação do Centro LGBT de Natal na intermediação das demandas referentes à vivência da sexualidade e da identidade de gênero é fundamental para sujeitos LGBTI+ no município. O cenário de violência e de negação da diversidade humana refletem nas condições de existência e acesso aos direitos por essa população. Vislumbrar o papel do Centro LGBT de

6 “É possível relacionar a criação do Centro ao projeto eleitoral de Álvaro Dias que até outubro de 2020, data das eleições para a prefeitura de Natal/RN, ansiava pela reeleição que se efetivou frente à ampliação de sua recandidatura (...) (que) rendeu frutos ao então prefeito, que foi reeleito com 56,58% dos votos válidos no final de 2020 (OLIVEIRA, 2023, p. 8 grifos nossos).

7 Dantas (2021) e Oliveira (2023) exercem uma análise importante e densa acerca da conformação do Centro LGBT de Natal.

requer, necessariamente, a caracterização da população atendida e das suas principais demandas.

Segundo relatório do Centro LGBT referente ao último trimestre de 2020, cerca de 80% das 32 pessoas acompanhadas são travestis e transexuais, 66% têm entre 18 e 29 anos, e a maioria é composta por pessoas negras. As principais demandas envolvem atendimento psicossocial, orientações sobre retificação de nome e gênero no registro civil, além de questões relacionadas ao desemprego, informalidade, pobreza extrema e solicitação de benefícios socioassistenciais.

O público atendido pelo Centro LGBT e a composição das suas demandas traduzem o cenário de negação da diversidade humana, que se expressa nas diversas dimensões da vida social. O capitalismo articula a cultura heteropatriarcal ao racismo na combinação entre exploração da força de trabalho e sistemas de opressão. Essa lógica deságua em diversas formas de negação da diversidade como “a reprodução histórica do racismo; do desemprego estrutural; da destruição ambiental; da regressão de direitos mediante a vigência do neoliberalismo e da busca desenfreada do sistema do capital para reverter sua crise estrutural e assegurar acumulação e lucro (SILVA e SANTOS, 2019, p. 241).

O Centro LGBT, mesmo inserido no cenário de avanço do conservadorismo somado às repercussões do fortalecimento da lógica neoliberal expressa no sucateamento do serviço público e de ameaça às políticas sociais, desenvolve um papel relevante e estratégico na promoção da diversidade humana. A atuação do equipamento tem natureza socioassistencial a partir do trabalho interdisciplinar promovido por assistentes sociais e psicólogas(os), equipe que deveria ter outro formato<sup>8</sup>, mas assume imensa relevância no cenário antidiverso do Capital. O compromisso ético-político das(os) profissionais que assumiram a tarefa de delimitar os processos de trabalho<sup>9</sup> e direcionamento do serviço, em alguma medida, conforma a atuação do Centro LGBT, que tem como objetivo situar a diversidade na sua totalidade.

Dentre as limitações e mediada pelas condições de trabalho, a equipe profissional estrutura o atendimento nas respostas às demandas da população e assume estratégias de enfrentamento à realidade como: a construção de uma rede de encaminhamentos para

---

<sup>8</sup> Conforme o decreto de criação, a equipe do Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal-RN deveria contar com coordenação geral, equipe técnica (psicólogos(as), assistentes sociais e advogado(a), administrativa e outros profissionais conforme a demanda. No entanto, a ausência de parte desses profissionais compromete a efetividade do serviço e sobrecarrega as(os) trabalhadoras(es).

<sup>9</sup> É uma característica do decreto de criação do Centro a ausência de informações sobre os processos de trabalho e caracterização das funcionalidades do serviço. Essa dimensão apresenta-se como limitação mas, contraditoriamente, potencializa a autonomia profissional.



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

acompanhamento psicoterápicos em serviços públicos acompanhado da promoção de grupos compostos pela população usuária com fins terapêuticos e políticos constituem estratégias de fortalecimento da identidade e da saúde mental das pessoas LGBTI+; a promoção da diversidade a partir de capacitações a diversas instituições públicas e privadas, além do fortalecimento da rede de enfrentamento às violências contra população LGBTI+ com parceria entre instituições como a Defensoria Pública do RN e delegacias especializadas.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas até aqui objetivaram situar o Centro LGBT de Natal - RN na sua conformação contraditória e imersa nas relações sociais estruturais de produção e reprodução social do Capital. Situamos, portanto, de forma geral, enquanto elementos fundamentais para compreensão desse equipamento nas suas particularidades, o entendimento do caráter paradoxal do Estado e das políticas sociais no trato das expressões da questão social, além da centralidade que tem reconhecimento das particularidades das repercussões sobre a diversidade sexual e de gênero; sinalizamos que não é possível dissociar o cenário de negação da diversidade humana da dinâmica do capitalismo, que tem especificidades na realidade brasileira e na região nordeste.

Destacamos, portanto, que o Centro LGBT de Natal tem um papel potencialmente estratégico não apenas na defesa da diversidade humana como, a partir do fortalecimento dos sujeitos coletivos, no tensionamento da luta de classes. As diversas debilidades do equipamento fonte dos elementos já suscitados somados a instabilidade da sua existência<sup>10</sup>, à sua conformação tardia e, assim, enorme demanda reprimida, equipe técnica insuficiente e sobrecarga de trabalho junto a ausência de orçamento específico compõe um conjunto complexo de determinações sobre o Centro LGBT, o que não minimiza a sua importância.

Não deve existir nenhuma ilusão sobre a possibilidade de efetivação da diversidade humana no sistema capitalista; o Capital tem como base a desigualdade social e a sua dinâmica nega e, em alguma medida, refuncionaliza as dimensões próprias da individualidade ao destituí-las da sua composição humano-genérica. Portanto, é imprescindível entender o movimento do real na sua contradição e incorporar os direitos com sentido emancipatório e direção social radicalmente anticapitalista.

---

<sup>10</sup> A opção de criação do Centro LGBT de Natal-RN via decreto representa o posicionamento conciliatório, eleitoreiro e inconsistente do prefeito Álvaro Dias, além da instabilidade de configuração do equipamento, que pode, facilmente, deixar de existir (Oliveira, 2023).



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

### REFERÊNCIAS

- BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M. **Questão social e direitos**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- \_\_\_\_\_, E.; LIMA, R. de L. de. (orgs.). **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2019.
- BONA JUNIOR, Aurélio. **A ontologia de Lukács e a sexualidade em perspectiva emancipatória**. Filosofia e Educação, Campinas, SP, v. 3, n. 2, p. 18–43, 2011. DOI: 10.20396/rfe.v3i2.8635448. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635448>. Acesso em: 18 dezembro. 2024.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Crítica marxista do Estado social e dos direitos no capitalismo contemporâneo**. In: Boschetti, Ivanete; Behring, Elaine Rossetti; Lima, Rita de Lourdes De. **Marxismo, política social e direitos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018. Sem volume, p. 73-88.
- BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social).
- CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em serviço social**. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- DEVREUX, Anne-Marie. **A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina**. Cadernos de Crítica Feminista, n. 4, ano V, p. 6-28, dez. 2011.
- SANTOS, S. M. de M. dos. (2017). **Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo**. Argumentum, 9(1), 8–20. <https://doi.org/10.18315/argum.v9i1.15773>. Acesso em: 18 dezembro. 2024.
- \_\_\_\_\_, Silvana Mara de Morais dos. **LUTA DE CLASSES E A QUESTÃO DA DIVERSIDADE HUMANA: DEBATE ATUAL E PERSPECTIVAS POLÍTICO-TEÓRICAS**. Revista Trabalho Necessário, v. 17, n. 32, p. 68-87, 28 mar. 2019.
- \_\_\_\_\_, S. M. DE M. DOS. **Crise do capital, direitos humanos e luta de classes**. Revista Katálysis, v. 26, n. 2, p. 185–188, 2023.
- SILVA, Andrea L. da S.; \_\_\_\_\_, Silvana M. de M. dos. **A cidade nunca foi de Dandara: violação da diversidade sexual e dos direitos da população LGBT**. IN: SALVADOR, E.; MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 50, 1996.
- \_\_\_\_\_, J. P. **Crise do capital e consequências societárias**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 111, p. 413 – 429, jul./set., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/?format=pdf&lang=pt>.
- FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010. 370 p.
- IRINEU, Bruna Andrade. **A política pública LGBT na agenda dos governos PT no Brasil: Tensões entre o “ineditismo” e a política conciliatória**. Serviço Social em revista, Londrina, v. 24, n. 2, p. 566-583, dev. 2021 Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/39486>.
- OLIVEIRA, Natália Vilma Monteiro de. **Diversidade Sexual e de Gênero no avanço ultraneoliberal e neoconservador: uma análise da conformação do Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal/RN**. 2022. 99f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.
- LÊNIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4ª ed. São Paulo: Global, 1987.



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

VINAGRE, Marlise Silva. **Diversidade humana, relações sociais de gênero e luta de classes:** emancipação para além da cultura. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.], n. 28, p. 51–64, 2012. DOI: 10.12957/rep.2011.2933. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2933>.

WELLEN, Henrique. **Políticas sociais e condições de trabalho no Brasil.** In: OLIVEIRA, Ednéia A. de; DUARTE, Marco J. de O.; CASTRO, Marina M. de C. e (Orgs.). Serviço social, políticas e sujeitos sociais. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2021. (pp. 34-50)